

Leonardo Leonidas de Brito^a

Colégio Pedro II

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Subdesenvolvimento e dependência: a crítica ao “neodesenvolvimentismo” no Brasil recente (2004-2016)

Recebido em: 30 maio 2019.

Aprovado em: 9 abr. 2021.



RESUMO

O objetivo deste artigo é a crítica ao neodesenvolvimentismo. A chegada do Partido dos Trabalhadores e aliados ao governo federal se pretendeu numa inflexão (ainda que muito limitada) ao neoliberalismo da década anterior. Na prática, começava-se a desenhar um amplo campo de aliança de classes, sem rupturas fundamentais com o modelo econômico dos “anos FHC” e que construiu no país um longo e vigoroso debate acerca desta “nova estratégia de desenvolvimento”. Iniciam-se, portanto, as formulações acerca de um desenvolvimentismo de novo tipo: o novo desenvolvimentismo. Nossa hipótese inicial é a afirmação de que o neodesenvolvimentismo nada tem de novo e muito menos de desenvolvimentismo. Na prática, se tornou uma espécie de réquiem social liberal buscado por intelectuais orgânicos que tentaram se alinhar com o chamado “neoliberalismo de terceira via”, tanto nos anos FHC, quanto nos anos Lula e Dilma Rousseff.

Palavras-chave

Neodesenvolvimentismo. Dependência. Terceira Via.

a. Professor da Educação Básica Técnica e Tecnológica do Colégio Pedro II, Campus São Cristóvão, Departamento de História. Pesquisador em estágio de pós-doutorado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense; Mestre e graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: leobritouerj@hotmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/0338465096036447>

 <https://orcid.org/0000-0002-4823-0521>

Leonardo Leonidas de Brito^bPedro II College
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Underdevelopment and dependency: the critique of “neodevelopmentism” in recent Brazil (2004-2016)

Received: May 30th, 2019.**Approved on:** April 9th, 2021.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to criticize neodevelopmentism. The arrival of the Workers Party and allies to the federal government intended a turning (albeit very limited) to neoliberalism of the previous decade. In practice, it began to draw a wide field of class alliance without fundamental breaks with the economic model of Fernando Henrique Cardoso years and built in the country a long and vigorous debate about this new development strategy. Therefore, formulations about a new type of developmentalism are started: the new developmentalism. Our primary hypothesis is the claim that neodevelopmentism has nothing new, much less developmentalism. In practice, it became a kind of liberal social requiem sought by organic intellectuals who tried to align themselves with the so-called third way neoliberalism, both in the Fernando Henrique Cardoso years, as well as in the Lula and Dilma Rousseff years.

Keywords

Neodevelopmentism. Dependency. Third Way.

b. Professor of Basic, Technical and Technological Education at Pedro II College, Campus São Cristóvão, Department of History. Postdoctoral researcher at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte, Postgraduate Program in Professional Education. Ph. D. in History from the Fluminense Federal University; MA. and BA. in History from the State University of Rio de Janeiro. E-mail: leobritouerj@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0338465096036447>

<https://orcid.org/0000-0002-4823-0521>

1. Preâmbulo: Desenvolvimentismo como conceito, ideologia e conjunto de políticas econômicas:

Antes mesmo de adentrarmos à hipótese que orienta este artigo, algumas linhas acerca do conceito desenvolvimentismo, tal qual cunhado na América Latina de meados do século XX, fazem-se necessárias. Um bom esforço sobre o desenvolvimentismo como conceito construído é o esforço de Fonseca (2014), dada a polissemia e a diversidade de experiências históricas governamentais nos países da América Latina.¹ Desenvolvimentismo e seu cognato direto desenvolvimento surgem como preocupações prementes no continente, no período pós Grande Depressão. Buscavam expressar, em suas origens, e mesmo que ainda de forma não sistemática ações de natureza anticíclica *vis a vis* ao liberalismo econômico então em voga. Sem dúvida, é o fracasso das interpretações liberais monetaristas em dar compreender os elementos que conduziram à crise de um determinado modelo de acumulação, bem como as respostas necessárias para a superação do contexto de depressão econômica, permitem uma ambiência política e social que demandará a intervenção estatal como padrão a ser implementado. Neste sentido, ideologia e experiência histórica começam a se moldar a partir de um dado contexto histórico específico:

Embora a ideologia e as experiências históricas desenvolvimentistas tenham uma longa história, cuja gênese remonta ao século XIX [principalmente no que tange ao mercantilismo alemão de List], foi a partir da grande Depressão da década de 1930 que [escolas e teorias acerca do binômio desenvolvimento/subdesenvolvimento] tomaram vulto em boa parte dos países latino-americanos, destacadamente Argentina, Brasil, Chile e México, mas também Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, para mencionar os casos mais típicos. O pensamento econômico teórico [em si] só se consolidou nas décadas de 1950 e 1960. Para tanto, foi fundamental a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e sua capacidade de catalisar e difundir trabalhos clássicos como de Raul Prebisch, Celso Furtado, Anibal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e José Medina Echevarria, entre outros. (FONSECA, 2014, p. 29-73).

1. O autor citado não pormenoriza sua definição de ideologia. Trabalhamos em nosso artigo a noção de ideologia tal qual entendida por Karl Manheinn em *Ideologia e Utopia* (1929), ideologia como visão de mundo.

Não há, de fato, um conceito de desenvolvimentismo (assim como de neodesenvolvimentismo) ideal, sob pena de cairmos num exercício teórico idealista weberiano que, em nosso entendimento, contribuiria pouco para a análise objetiva da experiência histórica e sua totalidade social. À luz do materialismo histórico dialético, pretende-se aqui observar de que forma ideologia e políticas econômicas que dela derivam são capazes de erigir um dado modelo de desenvolvimento, tanto em meados do século passado, quanto da História do Brasil recente. Do “antigo” ao novo desenvolvimentismo, como menciona Bresser-Pereira (BRESSER-PEREIRA, 2010). Do modelo clássico de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) que orientou as formulações da escola econômica estruturalista cepalina, às bases do “neodesenvolvimentismo” dos “anos Lula” (MERCADANTE, 2010); ou, do “social-desenvolvimentismo”, segundo Bastos (2012, p. 779-810) e Belluzzo (2009, p. 4-5), o desafio aqui é construir o nexos lógico entre a formulação teórica dos intelectuais do campo da heterodoxia econômica e a aplicação (ou não) de um modelo econômico enquadrado por seus próceres como avesso à ortodoxia monetarista liberal.

Observada esta relação entre ideologia e a experiência histórica objetiva, se é possível delimitar o conceito de desenvolvimentismo, ele está circunscrito a um conjunto de políticas econômicas razoavelmente sistematizadas (em que pese os diferentes governos latino-americanos classificados como desenvolvimentistas no século XX) e orientadas na direção de:

- I. “Um projeto deliberado ou estratégia tendo como objetivo a nação e seu futuro” (FONSECA, 2014, p. 41). Podendo ser associado a um projeto nacional que não dispensa necessariamente o capital estrangeiro, mas o entende como algo a ser instrumentalizado a partir de opções políticas endógenas às escolhas das frações dominantes destas economias periféricas. A noção “centro/periferia” é muito cara ao pensamento econômico cepalino estruturalista keynesiano.

- II. “A intervenção consciente e determinada do Estado” (FONSECA, 2014, p. 41). Entendendo o Estado como uma arena de disputas intra-frações de classe hegemônicas e que no exercício da dominação lançam mão de estratégias de consenso e coação para incorporar as frações não dominantes no dado projeto nacional esboçado. A incorporação consciente destes setores subalternizados é absolutamen-

te central para o êxito da estratégia de desenvolvimentista, seja ela realizada num contexto autoritário (Estado Novo varguista, por exemplo) ou num ambiente de democracia liberal institucional (2º governo Vargas e Anos Juscelino Kubitschek).²

III. “Industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário” (FONSECA, 2014, p. 41).

De forma mais ampla, a formulação de uma ideologia desenvolvimentista e a aplicação de um modelo macroeconômico desenvolvimentista pressupõe uma tomada de consciência do “atraso” em relação aos países do *core* da economia global. A ideia de “atraso”, no entanto, deve escapar a noção teleológica de um “caminho ideal” a ser percorrido pelos países não desenvolvidos. A superação desta condição de atraso passaria não por uma transposição simples de um corolário econômico que serviu ao desenvolvimento dos países centrais, mas da consciência e da formulação de que o subdesenvolvimento é produto de uma determinada forma de acumulação capitalista que, criou ao longo do século XX a dicotomia centro/periferia na divisão internacional do trabalho. Sem dúvida, a análise pioneira e sofisticada acerca da relação desenvolvimento/subdesenvolvimento está na obra de Celso Furtado. O subdesenvolvimento como uma forma específica de desenvolvimento capitalista:

Os países que se inserem no sistema de divisão internacional do trabalho como exportadores de produtos primários (em particular agrícolas) absorvem tecnologia mais rapidamente no nível dos produtos finais do que nos processos produtivos. A modernização é mais rápida do que o avanço nas técnicas produtivas. Portanto, não se necessita adotar uma visão conspiratória da história para perceber os vínculos entre subdesenvolvimento e desenvolvimento. (FURTADO, 2009 [1982], p. 14).³

2. Há diferenças cruciais entre o nacional desenvolvimentismo varguista dos anos 1930/40 e do segundo governo Vargas (1951-54) em relação ao nacional desenvolvimentismo dos anos JK. Este último muito mais relacionado a um desenvolvimentismo internacionalizante ou, nos termos de Cardoso e Falleto (1970), um desenvolvimentismo dependente e associado. Neste artigo, deixamos de lado, por uma questão de opção metodológica e espaço, uma análise pormenorizada dos governos desenvolvimentistas na ditadura civil-militar brasileira. Referimo-nos especialmente aos governos Médici (1969-74) e o governo Ernesto Geisel (1974-1979).

3. Carta de Celso Furtado a Joseph Love, 22 dez. 1982. Citada por Rosa Freire d'Aguiar na apresentação de Furtado (2009).

Furtado não se referia de forma direta à expressão desenvolvimentismo, no entanto apresentava claramente uma tomada de consciência e uma construção projectual, a médio e longo prazo da condição periférica das economias latino-americanas em geral e da economia brasileira, em particular. “No fundo a ideia era explicar, também, como o subdesenvolvimento é um subproduto da dinâmica da expansão capitalista” (FURTADO, 2009 [1982], p. 14).

2. O “novo desenvolvimentismo” e “social-desenvolvimentismo”: as nuances do debate entre keynesianos contemporâneos no Brasil do século XXI

Consolidado o consenso acerca do fracasso do receituário monetarista ortodoxo, hegemônico na década de 1990, evidenciado os efeitos sociais deletérios do modelo privatista e dependente implementado nos governos Collor de Mello, Itamar Franco e especialmente nos oito anos de Fernando Henrique Cardoso – e caracterizada a novíssima dependência da economia brasileira –, intelectuais como o economista e ex-ministro da Fazenda e da Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser-Pereira se reaproximam, no campo teórico, das correntes pós keynesianas e estruturalistas que retomam fôlego no debate econômico acerca das estratégias de desenvolvimento a serem adotadas após a avalanche liberal privatista/rentista que caracterizara o período anterior.⁴

Interessante notar que o (re)florescer dos keynesianos contemporâneos e (neo)estruturalistas no Brasil coincide com o êxito do pacto político eleitoral que conduz o Partido dos Trabalhadores e o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República nas eleições de 2002. A despeito de manter intacto o tripé básico que sustenta o modelo macroeconômico erigido a partir do Plano Real, a “Era Lula” apre-

4. A opção por Bresser-Pereira-Pereira como ideólogo central da chamada macroeconomia do novo desenvolvimentismo se dá pela profusão de artigos em jornais, artigos acadêmicos e livros elaborados ou organizados diretamente pelo Professor Emérito da Escola de Economia de São Paulo (EESP), da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), a partir de 2004. Situamos também, entre os mais destacados, no Brasil e no exterior, da “escola” novo-desenvolvimentista Nelson Marconi (EESP/FGV-SP), José Luis Oreiro (Faculdades de Ciências Econômicas da Universidade de Brasília – Eco/UnB), Yoshiaki Nakano (EESP/FGV-SP), José Antônio Ocampo (Universidade de Columbia, EUA) e Robert Boyer (Institute of the Americas, EUA). Intelectuais que referendaram a chamada “Proposta de São Paulo” em torno das “10 teses do novo desenvolvimentismo” publicada em 2010.

senta matizes em relação ao período anterior. Houve, desde 2003, no Brasil, uma tentativa de apontar para medidas heterodoxas ou anticíclicas no plano microeconômico, mas num ambiente onde a macroeconomia neoclássica e monetarista ainda funciona como “espinha dorsal” do modelo maior. O período de doze anos que marca os governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff 1 (2010-2014) possuem inflexões importantes a serem observadas (o 1^a governo do PT fora marcado, como bem aponta Leda Maria Paulani (2003), por um aprofundamento de medidas econômicas de caráter restritivo e liberal, tão conhecidas, e até então amplamente criticadas pelo Partido dos Trabalhadores até 2002).⁵

2.1. O novo desenvolvimentismo por Bresser-Pereira-Pereira

Temática orientadora da produção recentíssima do economista, professor Emérito da Escola de Economia de São Paulo, ex-ministro da Fazenda (1986) e da Reforma do Estado (1995-1998) refaçamos, ainda que parcialmente, o itinerário deste conceito produção intelectual de Luiz Carlos Bresser-Pereira-Pereira nos últimos anos. Situemos o embrião teórico deste debate, no Brasil, na retomada que Bresser-Pereira faz da crítica seminal de Joseph Stiglitz, ex-diretor do Banco Mundial, ao corolário monetarista ortodoxo do Consenso de Washington.

Na segunda metade dos anos 1990 o fracasso dos ditames da ortodoxia convencional, traduzidas pelas ideias do Consenso de Washington, já se mostravam bastante evidentes. Os efeitos do modelo econômico defendido majoritariamente pelas instituições de Washington já se faziam notar em diversas partes do mundo. Da trajetória destrutiva esboçada pelos países egressos do socialismo real à “dualização social” das economias das demais nações em desenvolvimento. O cenário de baixo crescimento, recessões, ajustes fiscais e crises cambiais marcavam os Estados latino-americanos, naquele contexto. Tal conjuntura reverberou de imediato no *establishment* multilateral das instituições de Washington. A autocrítica ao “corolário de Washington” (ainda

5. Para pormenores deste debate, cf.: Paulani (2003). Da mesma autora, dois artigos seminais foram extremamente relevantes para ilustrar o ambiente macroeconômico que “abriga” nossa hipótese quanto ao caráter não desenvolvimentista dos governos do PT, cf.: Paulani (2004; 2010). Também, para um panorama amplo, mas minucioso, sobre os dois primeiros governos do PT, cf.: Magalhães (2010).

que com muitos limites) não tardaria para vir. O próprio idealizador do conceito, o economista inglês John Williamson, publicaria já em 1996 o artigo intitulado “The Washington Consensus Revisted” (FIORI, 2002, p. 88).

No entanto, partiu do então economista chefe do Banco Mundial e ex- consultor econômico do governo Clinton, Joseph Stiglitz, aquela que seria considerada a crítica de maior fôlego (advinda do próprio *mainstream*) à ortodoxia convencional apregoada pelo Consenso de Washington. O artigo publicado originalmente em 1997, *The Post “Washington Consensus”*, garantiu a Stiglitz a alcunha de *rebel whitin* (“rebelde de dentro”), segundo palavras do economista sul coreano Ha Joon Chang. (2004). Neste seminal artigo, ainda que a crítica de Stiglitz não desconstrua por completo muitos dos objetivos elencados pelo Consenso, o então economista chefe do Banco Mundial realiza uma contundente crítica à “fé irracional” dos mecanismos de mercado defendidos pela ortodoxia convencional.⁶ Não é exagero dizer que, com esta crítica ao receituário liberal, antiestatista e desregulamentador, Stiglitz dá novo ímpeto e fornece as bases iniciais para a retomada do pensamento keynesiano nos anos 1990, período historicamente marcado pelo pensamento único e convergência com os postulados do livre mercado, redução do papel do Estado e aberturas comercial e financeira, tal qual defendidos pelo governo dos EUA e pelas instituições multilaterais de Washington: FMI e o Banco Mundial.

Em publicação posterior, *A Globalização e seus malefícios*, Stiglitz (2002) “voltaria à carga” contra as instituições multilaterais sediadas em Washington. Embora perceba a globalização como algo que em tese “trouxera benefícios”, Stiglitz reconhece (mais uma vez) a responsabilidade dos artífices da “globalização neoliberal” sobre a conjuntura de estagnação, crise e acentuada pobreza que marcaria as economias em desenvolvimento, que, via de regra, seguiram à risca os postulados da ortodoxia convencional.

6. Neste mesmo ano de 1997, foi publicado o *World Development Report* do Banco Mundial, cujo emblemático título “The State in a changing World” ofereceria argumentos muito consistentes na direção da “retomada” do papel do Estado. Segundo esse relatório, “o que era necessário, eram teorias sobre como se fazer instituições públicas mais robustas e capacitadas e como conectá-las mais eficientemente à sociedade civil” (EVANS, 1998, p. 52). A resposta aos “neoutilitaristas” apresentada por “abordagens institucionalistas comparativas” como a de Evans e do sul coreano Chang mostram, de forma muito didática, a tônica da crítica originária das fileiras do Banco Mundial ao consenso ortodoxo predominante nos anos noventa. Ortodoxia esta que vaticinava o papel Estado a um “mínimo necessário”. A crença de que o controle burocrático estatal deveria ser substituído pelos mecanismos de mercado, sempre que possível.

Se a globalização não logrou êxito em reduzir a pobreza, também não teve sucesso em garantir a estabilidade. As crises na Ásia e na América Latina ameaçaram as economias e a estabilidade de todos os países em desenvolvimento. Existe o medo do contágio financeiro se espalhar por todo o mundo, de que a queda da moeda de um mercado emergente signifique que outras também virão a cair. Por algum tempo, em 1997 e 1998, a crise asiática parecia representar uma ameaça para a toda a economia mundial. (STIGLITZ, 2002, p. 32).⁷

É neste sentido que, segundo Stiglitz, a globalização na sua dimensão estritamente econômica se traduziria em efeitos desastrosos para os países emergentes: a desregulamentação financeira, abrupta abertura comercial e acentuada ampliação da vulnerabilidade econômica destes países. O risco de desintegração do tecido social a ampliação das desigualdades nas nações emergentes foram o resultado direto do modelo macroeconômico assentado na receita liberal que, apesar de malfadada no Chile e em países desenvolvidos como a Grã Bretanha de Margaret Thachter nos anos 1970/80, fora apresentado pedagogicamente para as nações emergentes após o “Consenso de Washington” em 1989.

O viés teórico/ analítico keynesiano de Stiglitz resgata o papel efetivo o Estado na construção e execução de uma estratégia de desenvolvimento econômico que se propusesse como alternativa à ortodoxia convencional. A reativa de Stiglitz à fé nas reformas *market oriented* propostas pelas burocracias financeiras internacionais apresenta o seguinte pressuposto: “mercados fortes” podem (e devem) coexistir com “Estados fortes”. Mecanismos de “governança estatal” poderiam “corrigir as falhas de mercado” e, no limite garantir crescimento com equidade social. As palavras-chave deste “novo consenso” deveriam ser, segundo Stiglitz,

sustentabilidade, democracia e equidade. E, a nova estratégia deveria começar por uma redefinição completa do papel do Estado e dos governos como agentes reguladores e co-responsáveis pelo provimento da infraestrutura e pela implementação de políticas ativas de desenvolvimento tecnológico e industrial (FIORI, 2001, p. 89).

7. A ideia de “estabilização” defendida por Stiglitz, tanto no “Post-Washington Consensus”, quanto em Globalização e seus malefícios difere muito da noção de “estabilidade de preços” tão arduamente defendida pela ortodoxia convencional. Stiglitz defende que “estabilidade macroeconômica” é algo que vai além do mero “controle inflacionário”, significaria em linhas gerais a redução da vulnerabilidade financeira externa do país.

O vaticínio ao Estado, tão propalado pela ideologia de outrora, caía por terra diante dos evidentes resultados negativos da agenda política e econômica restritiva, liberal e desregulamentadora difundida nos países latino-americanos. Abria-se com isso espaço novamente para a análise de corte keynesiano, na América Latina (em especial no Brasil) e que teria nas reflexões do ex-economista chefe do Banco Mundial lastro, inspiração e ponto de partida. Ainda que com alguns anos de atraso (os anos iniciais da primeira década do século XXI) o consenso do “pós-consenso de Washington” se traduziria no Brasil na construção de um novo modelo de desenvolvimento com nuances em relação à ortodoxia convencional, mas que também buscaria superar os propósitos do “antigo desenvolvimentismo” (chamamos aqui também de “desenvolvimentismo clássico”). Entra em cena no debate acerca das possibilidades de desenvolvimento no Brasil a economia política do novo desenvolvimentismo que teria como seu maior expoente o economista e ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira.⁸

Neste sentido, o ponto de partida do debate público (para além da universidade) acerca do novo desenvolvimentismo encontra-se num didático artigo publicado por Bresser-Pereira na *Folha de São Paulo*, em setembro de 2004. No texto intitulado “O novo desenvolvimentismo”, Bresser-Pereira é taxativo ao apresentar a nova estratégia de desenvolvimento como a via alternativa a ser seguida em oposição aos ditames da ortodoxia convencional predominante no Brasil na década anterior. O mote do argumento de Bresser-Pereira neste artigo foi, não por acaso, a afirmação de Antônio Ermírio de Moraes (presidente do grupo Votorantin), que dizia que “estava na hora do Brasil ter um plano de desenvolvimento como fora o desenvolvimentismo do governo JK”. Fomentado por manifestações como essas, de expoentes do segmento empresarial brasileiro, que Bresser-Pereira dá início ao que ele chama de retomada do debate acerca sobre o desenvolvimento, definindo o novo desenvolvimentismo como “uma nova estratégia nacional de desenvolvimento”. Uma estratégia alternativa não apenas à ortodoxia convencional, mas também ao antigo nacional desenvolvimentismo latino americano. Nestes termos, Bresser-Pereira apresentava:

8. A literatura sobre o novo desenvolvimentismo é datada de 2004, no Brasil. Lanço mão também, para analisar as formulações novodesenvolvimentistas, as produções do economista e professor do IE da Universidade Federal do Rio de Janeiro João Sicsú, além do já mencionado Bresser-Pereira. Sicsú é exemplo de economista que na segunda década dos anos 2000, deslizaria suas formulações para o chamado “social-desenvolvimentismo” da Escola de Campinas. A ser analisado na próxima seção deste artigo.

O Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se [sic] em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade, e enfrenta novos desafios. Quais as diferenças fundamentais do novo desenvolvimentismo em relação ao antigo? E quais suas diferenças com a ortodoxia convencional? (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 5).

A “nova estratégia” colocava-se, desta forma, como uma espécie de terceiro discurso entre o monetarismo ortodoxo, hegemônico nos anos 1990, e a antigo modelo nacional desenvolvimentista de base estruturalista – cepalina, presente nos países latino-americanos a partir da década de 1950-. O novo desenvolvimentismo como um tipo ideal weberiano,⁹ em boa medida, inspirado no êxito das opções de desenvolvimento adotadas pelos países do Leste asiático de crescimento acelerado (China e “Tigres asiáticos”, em especial a Coreia do Sul). Países que, segundo Bresser-Pereira, rejeitaram os ditames das políticas macroeconômicas oferecidas pelas instituições de Washington e, em função disso, apresentaram elevadas taxas de crescimento e industrialização (com destaque ao crescimento sólido de setores industriais de médio e alto valor agregado). Países de renda média que conseguiram alcançar seu *catching up* adotando um conjunto de políticas que priorizara as exportações e um crescimento econômico baseado na geração de uma sólida poupança interna.

Em termos mais estritamente teórico-analíticos, o novo desenvolvimentismo tem diversas origens, entre as quais a já mencionada inspiração keynesiana,¹⁰ e a visão cepalina neo-estruturalista que,

tomando como ponto de partida que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdade sociais nos países da região, defende a adoção de uma estratégia de ‘transformação produtiva com equidade social’ que permita compatibilizar crescimento econômico sustentável com equidade social. (SICSÚ *et al.*, 2005, p. 2).¹¹

9. A definição de tipo ideal, no sentido weberiano, para situar analiticamente o novo desenvolvimentismo é utilizada pelo próprio Bresser-Pereira na apresentação do livro *Globalização e Competição* (2010).

10. Segundo o economista João Sicsú, podemos destacar keynesianos contemporâneos, além de Stiglitz (1999), as análises de Paul Davidson (1994). Ambos citados por Sicsú (2005, p. 2). Em linhas gerais, no cerne do argumento dos dois economistas keynesianos contemporâneos, está embutida a noção de complementaridade entre Estado e Mercado.

11. Reprodução, originalmente em: CEPAL. *Transformación productiva com Equidad*. Santiago: CEPAL, 1990.

No artigo “Por que Novo Desenvolvimentismo?”, João Sicsú (2005) faz um apanhado bastante elucidativo das linhas gerais da estratégia novodesenvolvimentista tal qual proposta inicialmente por Bresser-Pereira. Numa tratativa que se apresenta como resposta aos defensores do livre-mercado e do Estado mínimo, afirma que “a alternativa novo desenvolvimentista aos males do capitalismo é a constituição de um Estado capaz de regular a economia” que, segundo o autor, deve ser constituída “por um mercado forte e um sistema financeiro funcional, voltado à esfera produtiva real e não para a atividade especulativa”. (p. 8). Ademais, haveria a necessidade de se buscar “formas inteligentes” de ação estatal, complementares à ação privada. A noção de complementaridade entre Estado e Mercado seria, para Sicsú, pressuposto que orientaria uma “Reforma da Gestão Pública” voltada para a criação de mecanismos “eficientes” de ação estatal. Uma gestão que buscase “aproximar as práticas dos gerentes públicos às dos privados, tornando-os ao mesmo tempo mais autônomos e responsáveis perante a sociedade”.¹² Um Estado forte (eficiente) capaz de regular a concorrência a preservação do “interesse público”. Assim:

Um Estado forte pode regular a concorrência- o resultado deve ser a constituição de um mercado forte onde predomina a busca pela redução dos custos e de preços, pela melhoria da qualidade dos serviços e produtos e, onde, conseqüentemente, haverá um reduzido desemprego, já que os menores e/ou menos eficientes também poderiam trabalhar, produzir, enfim, fazer parte do mercado. (SICSÚ. 2005, p. 9).

Assim, para os adeptos da “estratégia” do novo desenvolvimentismo, o Estado deve ser forte no sentido de garantir ao governo condições (políticas) para implementação de ações macroeconômicas “defensivas” ou “expansionistas”. Políticas “defensivas” seriam aquelas capazes de reduzir as suscetibilidades do país às crises cambiais e “expansionistas” seriam aquelas de caráter anticíclico, adotadas num contexto recessivo e que objetivariam a promoção do pleno emprego. Um Estado (e suas instituições) capaz de prover a definição e coordenação de novas modalidades de inserção internacional. Da mesma forma, “conciliar estabilidade econômica, crescimento sustentado e maior equidade social” (DINIZ, 2007, p. 11-16).

12. Nota-se que, em relação à atuação do Estado, Sicsú retoma os argumentos de Bresser-Pereira, gestados desde os anos noventa, sobre a “reforma gerencial do Estado”. Cita especialmente o livro *Democracy and Public Management Reform* (2004).

Em publicação posterior, Bresser-Pereira viria a realizar uma abordagem mais sistemática e explicativa do que qualifica como novo desenvolvimentismo. No artigo publicado em 2009, “Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo”,¹³ o ex-ministro da Fazenda e da Reforma do Estado lança mão de uma argumentação bastante elucidativa acerca da necessidade de adoção de uma estratégia de desenvolvimento de caráter nacional e que se sustente a partir de uma ampla coalização de poder. O novo desenvolvimentismo adviria daí, se constituindo não como uma teoria econômica propriamente dita, mas numa estratégia baseada, em linhas gerais, na ideia de complementaridade entre Estado e Mercado. *Ipsis literis*, Bresser-Pereira- Pereira define esta nova estratégia como:

Um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países que ele qualifica como de renda média [Brasil, por exemplo] procuram alcançar os países desenvolvidos. Não se trata de uma teoria econômica, mas uma estratégia baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17).

Assim, o novo desenvolvimentismo, a despeito de suas bases teóricas de corte estruturalista cepalino, apresentar-se-ia como uma espécie de “Terceiro discurso” (BRESSER-PEREIRA, 2010) entre o “velho” discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional presente nos postulados das instituições de Washington.

As diferenças fundamentais entre o “antigo” e o “novo desenvolvimentismo” seriam ponto-a-ponto apontadas por Bresser-Pereira. A antiga estratégia desenvolvimentista (chamamos aqui também de desenvolvimentismo latino-americano clássico) partia do pressuposto de que desenvolvimento econômico é sinônimo de industrialização.¹⁴ A ênfase no modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) explica-se a partir disso. Protecionismo econômico, protagonismo do Estado na geração de poupança forçada e investimento direto seriam aspectos fundamentais da concepção

13. Publicado originalmente em inglês como “From Old to New Developmentalism in Latin America” (BRESSER-PEREIRA, 2009).

14. Vale mencionar que a crítica a este pressuposto viria, no início dos anos 1960, das próprias fileiras do pensamento estruturalista-cepalino. Celso Furtado, já em 1961, reconheceu que industrialização tal qual preconizada pelos nacional-desenvolvimentistas não necessariamente geraria desenvolvimento econômico. (FURTADO, 1961).

nacional-desenvolvimentista clássica. Por outro lado, para o novo desenvolvimentismo a industrialização dos países de renda média já seria um dado da realidade destas nações. Já são países

que já completaram ou estão envolvidos em suas próprias revoluções capitalistas; estão dotados de um estoque de capital que não existia antes, capaz de financiar os investimentos; estão dotados já de classes empresariais, profissionais e trabalhadores capazes de modernizar seus países (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 3).

O crescimento econômico deveria estar lastreado pela coexistência entre um sólido mercado interno e uma estratégia de expansão industrial do setor privado. Além disso, as diferenças básicas entre o “desenvolvimentismo clássico” e o novo desenvolvimentismo estariam no campo das variáveis macroeconômicas. Enquanto o antigo desenvolvimentismo agiria com certa complacência em relação aos déficits fiscais e com a inflação, o novo desenvolvimentismo agiria à luz de uma rígida disciplina fiscal e controle de preços. A experiência brasileira com a hiperinflação nos anos 1980 não permitiria, segundo Bresser-Pereira, abrir mão da estabilidade de preços alcançada na década posterior com o Plano Real.

No que tange ao papel do Estado, propriamente dito, há diferenças fundamentais entre o antigo e o novo desenvolvimentismo. Sob o nacional desenvolvimentismo “clássico” os Estados deveriam assumir uma postura central no planejamento do desenvolvimento capitalista. De forma mais específica, o Estado deveria assumir um papel ativo na geração de poupança forçada (consolidação e expansão de um mercado interno) e, investir não apenas em setores monopolistas, mas também naqueles que exigissem grandes somas de capital – pouco acessíveis para o incipiente capital privado nacional. O Estado fazia investimentos diretos em infraestrutura e indústria pesada. Já sob a ótica da nova estratégia desenvolvimentista, tal qual preconizada, o Estado deveria também agir para geração de poupança forçada, investir e fomentar setores considerados estratégicos para o país. No entanto, o novo desenvolvimentismo parte do pressuposto que o setor privado nacional possui sólidas condições para o investimento em geral. Caberia ao Estado um papel –gerencial- de coordenar e criar oportunidades de investimento para o setor privado, bem como reduzir as desigualdades econômicas e as “falhas” pertinentes à atuação do Mercado. Ao mesmo tempo em que

a estratégia do novo desenvolvimentismo negaria o vaticínio do Estado tal qual proposto pela ortodoxia convencional, rejeitaria também o argumento burocrático-estatista. Para Bresser-Pereira um Estado excessivamente centralizado inibiria oportunidades de investimento e crescimento fomentadas pelo Mercado. “O Estado não deveria ser um investidor; ao contrário, deve-se concentrar em defender e garantir a concorrência” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 23). Vale grifar que, segundo a ótica do novo desenvolvimentismo,

o financiamento estatal – com poupança pública e não com endividamento- não deixaria de estar presente como fomento à atividade econômica em geral. Em suma, para Bresser-Pereira, o novo desenvolvimentismo deve estar assentado sobre ‘uma política macroeconômica competente’, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e combate à sobreapreciação cambial. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 22).

Esta última, registrada como uma tendência estrutural de economias exportadoras de *commodities* como a brasileira que, na última década tiveram sua demanda ampliada e seus preços valorizados.

Embora a discussão acerca sobre as estratégias de desenvolvimento a serem adotadas tenha, por razões óbvias, uma evidente ênfase no campo econômico (em especial no campo da macroeconomia), não se pode negligenciar o caráter político que norteia tal debate.¹⁵ Não há “ideias puras” no campo da economia política e por isso toda e qualquer discussão desta natureza perpassa por um evidente viés político. As ações de política macroeconômica derivam invariavelmente das opções políticas de seus artífices. Neste sentido, os artífices, sejam eles intelectuais, *policy makers* propriamente ditos ou ambos, do novo desenvolvimentismo, tem clareza de que o “pacto fundante” da “estratégia” preconizada estaria assentado na construção de um consenso de natureza política para consolidação das ideias que balizam a refe-

15. Robert Boyer, um dos principais economistas da Escola Francesa da Regulação, ao apresentar em 2008 o texto “Globalização e Competição”, de Bresser-Pereira, lança mão de duas emblemáticas perguntas: “Quais poderiam ser as alianças políticas motoras desse novo-desenvolvimentismo: um bloco hegemônico composto por empresários – esclarecidos-, de uma classe média e de uma burocracia weberiana portadora do interesse geral? Mas como legitimar, nas sociedades democráticas, esse programa [o novo desenvolvimentismo] junto aos menos favorecidos?” (BOYER, 2010, Prefácio). A interpelação parece provocadora ao autor do livro sobre quais seriam as estratégias para construção do consenso necessário ao êxito do novo desenvolvimentismo.

rida proposta. Perpassa a argumentação dos artífices intelectuais no novo desenvolvimentismo o pressuposto que afirma que historicamente os países [em desenvolvimento] só conseguirão alcançar os países ricos quando adotarem “estratégias nacionais de desenvolvimento”. O que se poderia entender por “estratégia nacional de desenvolvimento”? Para Bresser-Pereira (aquele que sem dúvida, apresenta-se com um dos maiores –senão o maior- dos artífices do novo desenvolvimentismo) se trataria de um “conjunto de valores, ideias, leis e políticas orientados para o desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 4), no qual o Estado exerceria um papel central no sentido de tornar possível esse “pacto” pelo desenvolvimento econômico. Não chegaria a se constituir num projeto, porque lhe faltaria um documento (de natureza política) que descrevesse com detalhes os objetivos e as políticas a serem implementadas para atingir tais objetivos. Tratar-se-ia, segundo ele, de uma estratégia coletivamente (nacionalmente) construída que (embora reconheça os conflitos inerentes à sociedade capitalista) exigiria um razoável consenso entre seus “agentes” e “participantes” no sentido de erigir as bases para uma bem sucedida competição internacional. No bojo desta discussão o Estado emergiria como instrumento fundamental, na medida em que a liderança desta estratégia de desenvolvimento a ser erigida caberia “ao governo e aos elementos mais ativos da sociedade civil”. O resultado deste grande acordo, ou seja, “quando a estratégia torna-se realmente nacional, quando a sociedade começa a compartilhar, frouxa mas efetivamente, métodos e objetivos, é a aceleração do crescimento” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 5).

A “Proposta” ou “Consenso de São Paulo”, tal qual preconizado pelo economista francês Robert Boyer – tem como marco acadêmico fundamental o projeto, financiado pela Fundação Ford, “Governança financeira e novo desenvolvimentismo”. Como parte integrante deste projeto, foi realizado pela Escola de Economia da FGV-SP, em maio de 2010, um grande seminário que reuniu um seleto grupo de economistas keynesianos e neokeynesianos. Neste evento foram lançadas as chamadas “dez teses para o ‘Novo desenvolvimentismo’” em resposta ao fracasso definitivo da agenda liberalizante do “Consenso de Washington” às dificuldades impostas à economia global pela crise financeira iniciada pela falência do banco de investimentos Lehman Brothers nos EUA, em setembro de 2008. Um dos principais articuladores (senão o principal) para realização do evento foi o professor emérito da FGV-SP e

ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. As “dez teses do novo desenvolvimentismo” se apresentam como uma sistematização, *à posteriori*, dos argumentos de natureza macroeconômica defendidos pelos artífices desta “nova estratégia de desenvolvimento” e já sumariamente apresentados neste texto. Basilares para as “teses do novo desenvolvimentismo” são: o reconhecimento do estratégico papel do Estado (bem como de suas instituições) para promoção do crescimento econômico com “equidade social”, o controle sobre as taxas de juros realizadas pela autoridade monetária e sobre a taxa de câmbio, capaz de fomentar a expansão industrial calcada em bens de médio e alto valor agregado (à luz do que fora feito pelos países asiáticos de crescimento acelerado).¹⁶

Chama-nos a atenção os signatários das “Dez teses para o Novo Desenvolvimentismo”. Figuram entre eles, além de Bresser-Pereira, economistas que nas últimas décadas se destacaram como analistas de sólida formação acadêmica e protagonistas do debate sobre as opções de desenvolvimento adotadas no país. Cito Luis Gonzaga Belluzzo, João Sicsú, Ricardo Bielschowsky, Luciano Coutinho, Franklin Serrano e Yoshiaki Nakano, dentre outros.¹⁷ Economistas de diferentes opções políticas, ideológicas e partidárias, mas que (no campo da economia política e da macroeconomia do desenvolvimento) convergiram, de forma evidente, na construção do consenso neodesenvolvimentista (novo e social). Apresentado como resposta à ortodoxia convencional e ao fracasso da agenda liberalizante e monetarista predominante no Brasil, no final do século XX. Vejamos agora as matizes deste debate, nos termos da economia política no novo e do social-desenvolvimentismo, no Brasil dos anos Lula e Dilma I.

2.2. O Social-desenvolvimentismo no Brasil dos anos Lula e Dilma 1 (2003-2014)

Luiz Gonzaga Belluzzo (2015), João Sicsú (2013), Ricardo Bielchowsky (2001) e Luciano Coutinho mostraram uma inflexão neste debate “neodesenvolvimentista”. Se nos primeiros anos desta formulação havia uma convergência evidente entre os expoentes do

16. A expressão “Proposta” ou “Consenso de São Paulo” foi cunhada por Boyer na ocasião do seminário.

17. Para lista completa dos signatários das teses do novo desenvolvimentismo, ver: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572012000200011.

novo desenvolvimentismo da Escola de Economia da FGV-SP; a partir de 2012, há um deslizar dos economistas filiados à Escola de Campinas (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp) na direção do chamado social-desenvolvimentismo.¹⁸

Em análise de 2012, do “estado da arte” desta discussão, Pedro Paulo Zahluth Bastos, do Instituto de Economia da Unicamp, faz um bom apanhado acerca do debate entre os adeptos do novo e do social-desenvolvimentismo. Os primeiro (o novo) definido também como o modelo (ideal) econômico “desenvolvimentista exportador do setor privado” (ZAHLUHT, 2012)¹⁹ e o segundo qualificado como desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado (social-desenvolvimentismo). Este, segundo Bastos, teria encontrado em momentos específicos dos governos Lula e Dilma 1 razoável base social para a uma tentativa de construção de um consenso amplo em torno de uma relativa inflexão no modelo econômico do octanato Cardoso (1995-2002). Servindo em boa medida para o êxito político eleitoral do segundo mandato de Lula e para a eleição da ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff com o social-desenvolvimentismo se apresentaria como sustentador de um ideário que defenderia a coordenação da atividade econômica pelo Estado, especificamente, ampliando as bases do mercado consumidor interno, a distribuição de renda (principalmente, a partir da ampliação de programas de transferência de renda- o Bolsa Família-, e a elevação real do salário mínimo). Medidas que permitiram um período de evidente expansão da demanda em geral que, em linhas gerais, atenuaram os efeitos da crise econômica internacional eclodida no segundo semestre de 2008, nos sistema financeiro norte-americano.

A origem do termo social-desenvolvimentista, de fato, é anterior à crise de 2008, sendo cunhado pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega, em 2007. Um esboço de social-desenvolvimentismo já era apresentado também no programa econômico da candidatura Lula da Silva em 2002, em que pese a *realpolitik* implementada pela equipe do ministro Antônio Pallocci - uma vez no aparelho de Estado em 2003- tenha seguido a antítese do programa econômico esboçado:

18. Para Coutinho, mais do que a contribuição propriamente teórica, destacaríamos sua atuação-chave no BNDES entre 2007 e 2016.

19. Basicamente, o autor reproduz os termos do debate exemplificado por nós na primeira seção deste artigo, expondo as características do modelo “desenvolvimentista exportador do setor privado”. Identifica, também, Bresser-Pereira como um dos maiores expoentes desta “corrente” neodesenvolvimentista. (ZAHLUHT, 2012).

Nosso programa econômico está estruturado a partir de duas dimensões: a social e a nacional. A dimensão social será o principal eixo do novo modelo de desenvolvimento, assegurado seu caráter democrático e nacional... A constituição do novo modelo priorizará três aspectos: (a) o crescimento do emprego; (b) a geração e distribuição de renda; (c) a ampliação da infra-estrutura social [...] A ampliação do emprego, a melhoria das remunerações e de sua distribuição e a ampliação da oferta de bens e serviços públicos têm significativos impactos econômicos. Sua implicação será o rápido crescimento do emprego e da renda, aumentando, portanto, a massa de rendimentos da economia. Com sua melhor distribuição, haverá estímulo ao amplo desenvolvimento de um mercado de consumo de massas... Especificadas as linhas estratégicas do novo modelo, cabe apontar os aspectos gerais da dinâmica de crescimento proposta. O motor básico do sistema é a ampliação do emprego e da renda per capita e conseqüentemente da massa salarial que conformará assim o chamado mercado interno de massas. O crescimento sustentado a médio e longo prazo resultará da ampliação dos investimentos na infraestrutura econômica e social e nos setores capazes de reduzir a vulnerabilidade externa, junto com políticas de distribuição de renda... São os três mecanismos principais que se somam na elevação da produtividade engendrada por este modelo de crescimento: ganhos de escala, progresso técnico e absorção de trabalhadores subempregados pelos setores modernos. A partir destes ganhos de produtividade poderá se estabelecer o seguinte círculo virtuoso: aumento de rendimentos das famílias trabalhadoras, levando à ampliação do consumo popular, que reforça, por sua vez, os investimentos, com aumento da produtividade, fechando-se o ciclo de elevação do rendimento das famílias trabalhadoras... ao conduzir ao aumento da produtividade, o modelo também estimula as exportações e a substituição de importações. No entanto, nada disso elimina a necessidade de políticas setoriais específicas, verticais como a de ampliar mais que proporcionalmente as atividades de ponta tecnológica, por sua função geradora de divisas e deflagradora de processos de aprendizagem e capacitação. (BASTOS, 2012, p. 794).

As contradições entre o modelo proposto e a realidade política dos anos Lula e Dilma 1 mostraram, de fato, as resistências de relevantes frações de classe no Brasil para a implementação efetiva deste modelo. Via de regra, as mesmas frações de classe que se beneficiaram *in totum* do conjunto de políticas econômicas de natureza ortodoxa do período imediatamente anterior. Ainda que a presença de economistas no

governo (Guido Mantega, Ministro da Fazenda entre 2007 e 2014; Luciano Coutinho, presidente do BNDES, 2007-2016; Marcelo Neri, presidente do IPEA entre 2012 e 2014 e depois ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2014-2015; Marcio Pochmann, presidente do IPEA, 2007-2012; entre outros)²⁰ claramente afinados com esta corrente social distributivista (principalmente a partir de 2007) apontasse para a real intenção para implementação do modelo, as restrições estabelecidas pela correlação de forças com frações empresariais financeiras (altamente associadas ao capital privado estrangeiro) criaram constrangimentos para a aplicação e uma agenda de fato social-desenvolvimentista. Iriámos além, a coexistência desta convenção em prol de uma agenda social, desenvolvimentista e distributiva, coexistiu com o bloco monetarista ortodoxo castelizado no Banco Central (sob a égide daquele que viria a ser posteriormente o ministro da Fazenda do governo Temer, Henrique Meirelles, presidente do BCB entre 2003 e 2010).²¹ A coexistência, ao fim e ao cabo, culminou com a derrota do esforço de conciliação de interesses antagônicos e inconciliáveis entre as frações rentistas do capitalismo periférico brasileiro e as camadas assalariadas, tidas como alvo do modelo social-desenvolvimentista.

Da mesma forma, aponta Bastos (2012), o social-desenvolvimentismo “não obstante sua relevância como bandeira política legítima, dificilmente pôde descrever sem ambiguidades uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo” (p. 795). De fato, a “retomada do crescimento econômico, a partir de 2006 foi favorecida pela elevação do piso salarial, ampliação do gasto social e inovações financeiras (crédito consignado e microcrédito)” (p. 795), medidas que buscaram garantir aos governos Lula da Silva um evidente verniz social, embora a espinha dorsal do modelo brasileiro - baseada no controle rígido da inflação de preços através do tripé: superávit fiscal, metas de inflação e juros elevados - tenham feito sucumbir em longo prazo qualquer possibilidade de estratégia social ou distributiva de fato. Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff apresentaram um caráter errático no que tange às opções de política

20. Ricardo Bielschowsky (2012), do Instituto de Economia da UFRJ, embora não tenha ocupado cargo diretamente no aparelho de Estado, talvez tenha sido juntamente com os economistas da Escola de Campinas, o que melhor sistematizou os termos do social-desenvolvimentismo.

21. Vale dizer que a gestão Alexandre Tombini, no BCB, entre 2010 e 2016, apesar da redução das taxas básicas de juros e da “guerra dos *spreads* bancários”, não representou mudança substancial na agenda de mercado de Meirelles. O Banco central do Brasil continuou sendo a “cidadela” do monetarismo, da ortodoxia e dos setores das altas finanças. Sobre a queda de braço para redução dos *spreads* bancários, ver Nassif (2012).

econômica no Brasil. Movimento este muito mais norteado pelo curto prazismo imposto pelos calendários eleitorais e que mostram que ao invés de um substancial modelo de desenvolvimento capitalista lastreado pelo distributivismo, o “crescimento com equidade social” proposto pelos partidários do social-desenvolvimentismo se mostrou apenas como um rascunho de política macroeconômica, incapaz de superar o quadro geral de vulnerabilidade externa da economia brasileira e encetar o incremento de cadeias produtivas que, de fato, garantissem um desenvolvimento sustentado a longo prazo.

Sumariamente, novo desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo, proposições de (sub)desenvolvimento para uma economia periférica e altamente vulnerável em termos externos como a brasileira, com suas bases sociais (inexistente, no caso do primeiro; frágil e contraditória, no caso do segundo) podem ser compreendidos (em termos macroeconômicos) através dos distanciamentos e aproximações a seguir.

Quadro 1 | Novo desenvolvimentismo e Social-desenvolvimentismo

	Novo desenvolvimentismo	Social-desenvolvimentismo
Orientação	Mais pró-mercado (alguma confiança nas virtudes do mercado)	Menos pró-mercado (menos confiança nas virtudes do mercado)
Elementos dinâmicos da demanda agregada	Mercado externo e investimentos privados (poupança prévia vista como necessidade, em especial no caso do setor público).	Mercado Doméstico (reforçado por políticas de distribuição de renda) e investimentos públicos (crédito, mesmo sem lastro em poupança prévia, visto como capaz de estimular a produção).
Papel do Estado	Forte papel do Estado na gestão dos preços macroeconômicos fundamentais de forma a estimular a indústria local (câmbio, juros e salários). Políticas distributivas e melhoramento de políticas e serviços públicos são subsidiários	Forte papel do estado na elaboração de políticas distributivas e no melhoramento das políticas e dos serviços públicos. Gestão de preços macroeconômicos fundamentais é essencial para fortalecer o mercado doméstico e possibilitar as políticas distributivas
Variáveis-chave da dinâmica macroeconômica	Taxa de Câmbio	Taxas de juros e salário real
Política monetária	Menos rígida e juros reais reduzidos	Menos rígidas e juros reais reduzidos
Política Fiscal	Restritiva (rígido controle dos gastos públicos); investimentos públicos financiados com poupança pública.*1	Política fiscal restritiva (com controle menos rígido) em benefício de políticas anticíclicas (algum apreço por uma política fiscal mais ativa)

Política cambial	Taxa de câmbio desvalorizada, em nível compatível com a obtenção de superávits em conta corrente.	Taxa de câmbio desvalorizada, mas com possibilidade de alguma apreciação no sentido de preservação do nível dos salários reais
Política de emprego e salários	Prioridade para o melhoramento da qualidade dos postos de trabalho, com crescimento da produtividade e possibilidade de redução de salários reais, caso necessário para a preservação da indústria (regime de crescimento <i>wageled</i> * ² é entendido como insustentável a longo prazo)	Políticas que busquem o pleno emprego e o crescimento dos salários reais, em particular do salário mínimo.

Fonte: Paulani (2017, p. 142, adaptado).

*1. Não por acaso, em maio de 2015, o autor deste artigo pode presenciar, em aula inaugural proferida na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Luiz Carlos Bresser-Pereira defender com bastante desenvoltura a política de austeridade fiscal de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda do então incipiente governo Dilma 2.

*2. Estratégia de crescimento sustentada na ampliação do mercado interno. Para os termos do debate entre as estratégias *wage led* e *exported led*, esta última defendida pelos novodesenvolvimentistas, ver Oreiro (2012).

Mostrado isso, devemos nos debruçar sobre a seguinte pergunta: há realmente algo de novo no neodesenvolvimentismo (tanto no modelo *exported-led* de Bresser-Pereira e filiados, quanto no social distributivista da “Escola de Campinas”)? E também, em que medida podemos falar em desenvolvimentismo numa economia amplamente financeirizada e atrelada ao rentismo como a brasileira? Os limites do desenvolvimentismo preconizado (ou idealizado) pelos economistas heterodoxos (filiados diretamente ou associados) à colisão de poder nos governos Lula e Dilma 1 parecem evidentes, se considerarmos a ambiência monetarista das forças de mercado que estrangula possibilidades alternativas com o tripé juros altos, superavit fiscal e metas inflacionárias, estabelecido no país desde o acordo de 1998 com o Fundo Monetário Internacional.²²

2.3. Neodesenvolvimentismo em uma economia financeirizada?

Os limites reais das duas propostas no Brasil

Por que não há nada de novo?

Porque os argumentos de Bresser-Pereira e da rede de economistas estabelecida em

22. Estabelecido após a reeleição de FHC em 1998, o acordo estabeleceu o fim da ancoragem cambial que vinha sendo utilizada como mecanismo de controle da inflação de preços. Provocou a disparada do real frente ao dólar em janeiro de 1999.

torno do novo desenvolvimentismo são (e esta é a nossa hipótese) uma ressignificação do “social liberalismo” tal qual preconizado pelo professor emérito da FGV/SP para o PSDB nos anos noventa, à época à frente da coalizão liberal conservadora que controlava o aparelho de Estado. Bresser-Pereira, em especial, deslizou sua retórica para o campo econômico, na busca por um distanciamento crítico ao modelo macroeconômico implementado pelo governo Cardoso, naquela década. Devemos afirmar que, de fato, Bresser-Pereira nunca fora um economista filiado às teses da ortodoxia clássica, embora no plano político fizesse parte do primeiro escalão dos governos Fernando Henrique Cardoso, aderindo integralmente aos postulados neoliberais e privatistas. Não podemos deixar de grifar, por exemplo, que o modelo de reforma do Estado tal qual idealizado por Bresser-Pereira e outros “sociais liberais”²³ que ocuparam espaço no Ministério da Administração e Reforma do Estado (1995-1998) ou que, de alguma forma, fizeram uma explícita interlocução com Bresser-Pereira, na universidade e fora dela, estava absolutamente coadunado como o modelo societário liberal apresentado como caminho para inserção subordinada do Brasil no capitalismo global. O aparente “descolamento” do discurso do ex-ministro Bresser-Pereira, nos dias atuais, em relação à economia política neoliberal de terceira via do período FHC, se esvai na medida em que compreendemos a totalidade do que fora aquele modelo. Hoje, na tentativa de se afastar das críticas (acertadas) à sua adesão ao neoliberalismo, Bresser-Pereira se apresenta, como já fora apontado, um expoente da “macroeconomia do desenvolvimento”, um economista que estaria “se reencontrando” com seu passado desenvolvimentista e keynesiano. No momento em que PT e seus aliados convergiram na elaboração de políticas de corte keynesiano (ainda que parcialmente), ou melhor, na medida em que investem na recuperação relativa do aparelho de Estado para coordenação de uma economia de mercado e “costuram” de forma habilidosa a noção de “pacto de classe” em nome de uma “estratégia de desenvolvimento”, atraíram Bresser-Pereira para este campo. Apesar de não existir uma filiação ou identidade partidária entre PT e Bresser-Pereira, ou entre este e a coalizão governista derrubada no golpe parlamentar de maio de 2016, a convergência parcial, no campo das ideias (traduzidas num esboço de programa) se torna muito clara.

23. Tal qual apresentado por Rodrigo Castelo (2013), Bresser-Pereira seria um dos expoentes desta “miséria ideológica” da economia do bem-estar social no Brasil (p. 341-367). Outro texto do mesmo autor que converge com nossa hipótese é “O Novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano” (2010).

Da mesma forma, o neodesenvolvimentismo do Brasil recente pode ser colocado em xeque, na medida em que o modelo macroeconômico dos governos Lula e Dilma 1 na prática não encetou grandes transformações nas relações de poder no Brasil, não promoveu reversão de tendências estruturais, como apregoa economistas como Aloízio Mercadante (2010) e, por último, não mostrou predomínio absoluto da visão desenvolvimentista. Como bem expõe Gonçalves (2011), o desenvolvimentismo no sentido clássico tem como foco o crescimento econômico, baseado na mudança da estrutura produtiva (ISI-industrialização substitutiva de importações) e na redução da vulnerabilidade externa estrutural. Os governos Lula e Dilma 1 fizeram exatamente o contrário, um

“nacional desenvolvimentismo” com “sinal trocado”, visto que a conduta do governo, o desempenho da economia e as estruturas de produção, comércio exterior e propriedade caminham no sentido contrário ao que seria [próximo] ao projeto nacional-desenvolvimentista. Em contraste, nos governos Lula e Dilma verifica-se a dominação financeira. (GONÇALVES, 2011, p. 2).²⁴

Dominação esta que repercutiria diretamente na política macroeconômica e na vulnerabilidade externa estrutural do Brasil. Até mesmo os próceres do modelo nodedesenvolvimentista, em suas análises sobre a macroeconomia do período, reconhecem que as taxas de câmbio relativamente apreciadas operadas nos governo Lula e Dilma, desestimulariam a indústria e comprometeriam “a competitividade” das exportações industriais brasileiras. Aliadas a isso, taxas de juros realizadas no Brasil, ainda altas, criariam restrições de monta para o investimento privado industrial. (SIQUEIRA; CAMPOS MELLO; BEIRÃO 2012).

Em sentido idêntico, o argumento de Paulani (2017) é bastante elucidativo ao ilustrar que “todo o arcabouço institucional que emoldura hoje o funcionamento do capitalismo brasileiro foi construído então com base no princípio maior de atender com presteza e precisão os interesses da riqueza financeira, em particular dos credores e investidores externos” (p. 145). Garante os contornos da macroeconomia (da subordinação) do país às finanças globais a ausência de qualquer controle sobre fluxos internacionais de capi-

24. Para os termos deste debate Gonçalves lança como referência as análises de Filgueiras *et al.* (2007) e Carcanholo (2010).

tal, a internacionalização do mercado brasileiro de bônus (desde o período FHC), concessões tributárias ao grande capital na sua dimensão financeirizada, alterações legais para atender diretamente tais credores financeiros do Estado, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (promulgada em 2001, mas seguida religiosamente nos governos Lula e Dilma – ironicamente a lei que serviu de argumento para afastar a ex-presidente, via impeachment, em 2016). Inserido também neste arcabouço institucional, a reforma da Lei de Falências (governo Lula), de modo a atender diretamente os credores privados e *last but not least* as reformas previdenciárias para trabalhadores do regime geral de Previdência (2003) e servidores públicos federais (FUNPRESP, 2014). Garantias unívocas da hegemonia das finanças numa economia liberal, dependente e periférica como a brasileira.

No entanto, embora já claramente mostrados, os elementos de continuidade dos governos Lula da Silva e Dilma 1, no que tange aos aspectos macroeconômicos estruturais e em relação ao período anterior nos faz concluir que (e esta é a nossa hipótese central neste artigo): qualificar como neodesenvolvimentista o período histórico compreendido é um esforço apologético para interpretar um conjunto de medidas de natureza fiscal (principalmente) errático e pouco sistematizado em termos de um modelo propriamente dito. E, podemos registrar, nos termos oferecidos por Paulani, que houve uma acomodação da contradição entre financeirização e políticas sociais de alto impacto, provocada em boa medida pelo aumento das exportações, bem como a relativa e substancial distribuição da renda ocorrida no Brasil, entre 2007 e 2014. Políticas sociais de alto impacto (Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida), elevação real do salário mínimo e expansão do crédito ao consumidor e investimento em infraestrutura, que permitiram um momento desenvolvimentista, talvez um rascunho de ação rooseveltiana, entre o segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma Rousseff (2007-2014).²⁵

Houve, vamos dizer assim, um ‘momento desenvolvimentista’, ao longo do período 2003-2014. Referimo-nos ao final do primeiro mandato de Lula, com o lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)... a partir deste momento, os gastos do governo

25. Os sinais de esgotamento das medidas de estímulo ao consumo já podiam ser sentidos no segundo semestre de 2014. E muito embora uma política industrial, elemento que melhor caracterizaria um modelo desenvolvimentista, não tenha sido desenhada pelos agentes estatais responsáveis pela política econômica do período. Houve, na gestão Mantega no Ministério da Fazenda, uma aposta (fracassada, diga-se de passagem) de desonerações de diversos segmentos produtivos como aposta para o estímulo ao investimento privado. O que recentemente a economista Laura Carvalho qualificou como a “agenda FIESP” do governo Dilma 1. (CARVALHO, 2018).

federal em formação bruta do capital fixo saem, a preços de 2016, da esfera dos R\$ 19 bilhões anuais, em 2006, para a esfera dos R\$ 45 bilhões em 2010.

Mesmo com a eclosão da crise internacional no último trimestre de 2008, o governo federal mantém os gastos em investimento previstos; a taxa real de crescimento desses gastos foi de 34% em 2009 e 38% em 2010. O Estado brasileiro, portanto, adotou uma política indutora de crescimento pelo lado da demanda, agiu contracíclicamente e, apesar do volume diminuto de seus gastos frente ao que já fora em outras épocas, produziu uma sinalização positiva ao setor privado e, depois da estagnação de 2009, como resultado imediato da crise, colheu um crescimento real da economia de 7,5% em 2010. Chegou-se, por isso, a dizer por essa época, que a crise havia sido completamente superada, mas a crise não estava superada, nem interna, nem externamente, pior ainda; suas consequências mais danosas para as chamadas ‘economias emergentes’ ainda estavam por vir. (PAULANI. 2017, p. 151-152).

Discordamos, no entanto, de Paulani (2017) quando esta afirma que “a reação atrapalhada do governo Dilma a essa situação atingiu duramente os investimentos públicos e as expectativas que haviam sido despertadas pelo lançamento do PAC” (p. 152). Mais do que uma “suposta reação atrapalhada”, os limites do conjunto de políticas contracíclicas atingira o limite de sua atuação, na medida em que a economia brasileira não se desvinculava do paradigma monetarista do BCB. Expressão concreta dos interesses das frações de classe do capital financeiro rentista dentro e fora do aparelho de Estado. Na prática, o somatório de políticas geradoras de superávit fiscal, as elevadas taxas de juros realizadas, as distorções -históricas- da carga tributária e o câmbio sobrevalorizado (resultado em boa medida dos juros elevados) – claramente formadoras de um arcabouço para acumulação capitalista financeirizada- produziu em engessamento da “engrenagem” do conjunto de políticas macroeconômicas que tentava moldar esse “momento desenvolvimentista” corretamente apontado pela autora. Iríamos além: as transformações na conjuntura política do país, a partir de 2013, produziram uma ambiência claramente desfavorável à coalizão então no poder.

O desmoronamento definitivo do ensaio (mal acabado) neodesenvolvimentista não tardaria a vir. A guinada liberal financista e pró-mercado após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 deu o tom do “austericídio” promovido a partir da nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda em janeiro de 2015. O momento e o dis-

curso neodesenvolvimentistas eram substituídos por uma agenda fortemente recessiva, de combate à inflação de preços (que timidamente ensaiava na economia brasileira), e que acabou por erodir as bases políticas da coalizão governista liderada pelo Partido dos Trabalhadores desde 2003.

3. Considerações Finais

Este artigo teve como intento trazer para o campo da história econômica, em especial para o campo da história do pensamento econômico, um debate que, pela sua natureza, tem entre os economistas sua origem e dianteira. Por se tratar de um tema recentíssimo no Brasil contemporâneo temos clareza da dinâmica do debate em curso, a fluidez das ideias, as mudanças de concepções e idiosincrasias dos intelectuais inseridos nesta lida. Mesmo aqueles que esposam as mesmas hipóteses e que podem representar uma variação ou outra dentro das “correntes” neodesenvolvimentistas aqui apresentadas.

Do “antigo” ao novo desenvolvimentismo tal qual exposto pelos próceres da estratégia de *exported led* ao distributivismo ou “crescimento com equidade social” dos social-desenvolvimentistas nosso objetivo foi, não apenas apreender a sociogênese destas formulações teóricas dentro e fora da universidade, mas os limites das possibilidades de implementação das estratégias citadas, na conjuntura brasileira. Marcada pela absoluta prioridade à riqueza na forma rentista e que prima por um arcabouço institucional macroeconômico que coloca subordinada o setor produtivo à acumulação capitalista financeiraizada. Nestes termos, tanto o novo desenvolvimentismo de Bresser-Pereira, José Luis Oreiro e Nelson Marconi, como o distributivismo estruturalista e pós-keynesiano da “Escola de Campinas” e do Instituto de Economia da UFRJ enfrentam as contradições e limites da conciliação de classes do período Lula e Dilma 1. A segunda corrente mais que a primeira, tendo em vista que o novo desenvolvimentismo é reconhecido pelos seus próprios formuladores como um “tipo ideal” weberiano. A segunda ainda encontrou algum respaldo na errática política econômica dos governos Lula e Dilma, movida mais pelos sabores das conjunturas eleitorais do que preconizada por um modelo econômico sistematizado propriamente dito. Desta forma, temos acordo com a ideia de que ocorreu, entre o final do governo Lula da Silva e Dilma 1 um “momento desenvolvimentis-

ta”. Talvez um esboço de sonho rooseveltiano marcado por políticas sociais de alto impacto e ampliação relativa dos investimentos e da atuação estatal no sentido de formação de um mercado consumidor de massas no país. No entanto, a opção pela manutenção de um *status quo* ante de política macroeconômica ortodoxa e restritiva, no que tange ao investimento de longo prazo, estabeleceu os evidentes limites do que os prosélitos do neodesenvolvimentismo chamavam de inflexão “pós neoliberal”.

A primeira seção do artigo se propôs a um preâmbulo da discussão, tratando da definição da ideia de desenvolvimentismo, no sentido clássico, historicamente datado na América Latina nos anos 1940/50 do século XX. Desenvolvimentismo como conceito operado nas formulações dos economistas estruturalistas, como ideologia e como conjunto de políticas econômicas. A segunda seção tratou do itinerário do novo desenvolvimentismo ou “macroeconômica estruturalista do novo desenvolvimentista” tal qual preconizado pelo economista e ex-ministro da Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser-Pereira-Pereira. Certamente ele não é o único, mas foi tomado como demonstrativo de uma corrente que se destacará principalmente (mas não somente) na Escola de Economia e São Paulo da FGV. Na terceira seção expusemos os elementos centrais do social-desenvolvimentismo. Corrente esta, apropriada no plano discursivo por economistas keynesianos que compuseram o campo epistêmico de intelectuais afiliados direta ou indiretamente à coalizão governista entre 2003 e 2014. Importante notar a guinada radical da orientação política do ministério da Fazenda no governo Dilma reeleito em 2014. A ascensão de Joaquim Levy a este ministério e a manutenção do Banco Central como cidadela da ortodoxia e do monetarismo colocou um ponto final na pendular postura da equipe econômica do período recortado (gestão Mantega no ministério da Fazenda). A austeridade fiscal da equipe de Levy colocava um ponto final na acomodação dos interesses contraditórios entre o rentismo, caro aos nossos ortodoxos, e os estruturalistas keynesianos que esboçaram o momento desenvolvimentista entre 2007 e 2014. Esse aparente equilíbrio (na prática, camisa de força sobre qualquer possibilidade de estratégia de fato desenvolvimentista) foi apresentado na quarta seção. Tomamos a liberdade de concluir esta reflexão – e de certa forma quebrando parcialmente o protocolo exigido por um artigo acadêmico – com o seguinte pergunta: o ensaio neodesenvolvimentista preconizado no Brasil das duas primeiras décadas do século XXI terá sido, na prática, uma ressignificação da dependência associada que marcou o subdesenvolvimento capitalista brasileiro desde meados do século passado?

Referências

- BASTOS, Pedro Paulo Zaluh. A Economia política do Novo Desenvolvimentismo e do Social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas (SP), v. 21, n. esp., p. 779-810, dez. 2012.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Um Novo Estado Desenvolvimentista? *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 3, n. 27, p. 4-5. 2009.
- BIELSCHOWSKY, R. *Estratégias de Desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual*. Rio de Janeiro. IE-UFRJ, jul. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Democracy and Public Management Reform: building the republican State*. Oxford: Oxford Univ. Press. 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina. Texto para Discussão*, São Paulo, EESP-FGV, nov. 2010.
- CARCANHOLO, M. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: FILGUEIRAS, L. *et al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pães e Rosas, 2010.
- CASTELO, R. *O Social Liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na Era Neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013
- CHANG, Ha Joon. *Chutando a Escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- DAVIDSON, P. *Post Keynesian Macroeconomic Theory*. Cheltenham: Edward Elgar, 1994.
- DINIZ, Eli. *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- FILGUEIRAS, L *et al. A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FIORI, José Luis. *60 Lições dos 90: uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: IPEA. 2014.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado, 2009.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o Nacional Desenvolvimentismo às avessas. Publicado em: set. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/323438/mod_resource/content/1/Reinaldo%20Gon%C3%A7alves.pdf. 2011. Acesso em: 30 out. 2017.

- MAGALHÃES, João Paulo *et al.* *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. São Paulo: Garamond, 2010.
- NASSIF, Luis. A guerra do Spread bancário. *Carta Capital*. (Site). Publicado em: 16 abr. 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-guerra-do-spread-bancario/>. Acessado em 28/10/2017.
- OLIVA, Aloízio Mercadante. *As Bases do Novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).
- OREIRO, José Luis. *Wage-Led versus Export-led: desfazendo confusões conceituais. José Luís Oeiro – Economia, Opinião e Atualidades*. (Site). Publicado em: 24 set. 2012. Disponível em: <https://jloreiro.wordpress.com/2012/09/24/wage-led-versus-export-led-desfazendo-confusoes-conceituais/>. Acesso em: 28 dez. 2017.
- PAULANI, Leda Maria. A Experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Centro Celso Furtado, v. 12, n. 20, jul.-dez. 2017.
- PAULANI, Leda Maria. Brasil Delivery: A Política Econômica do Governo Lula. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 563-579, out.-dez. 2003.
- PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva de desenvolvimento. In: OLIVEIRA, F; BRAGA, R.; RIZEK, C. S. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PAULANI, Leda Maria. Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula). *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 19, p. 11-26, 2004.
- SICSÚ, J; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que Novo Desenvolvimentismo? In: SICSÚ, J; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Orgs.). *Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri, SP; Rio de Janeiro: Manole; Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SIQUEIRA, André; CAMPOS MELLO, Hélio; BEIRÃO, Nirlando. Coerência acima do Consenso. (Entrevista de Bresser-Pereira). Publicado em: 2012. [S. n. t.].
- STIGLITZ, J. *A Globalização e seus malefícios: promessas não cumpridas de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002.
- STIGLITZ, J. More instruments and broader goals: moving toward the Post-Washington Consensus. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 19, n. 1, jan.-mar. 1999.